
Programa Educa Juntos e a formação continuada de professores nas Redes Públicas Municipais de Ensino no Paraná

Educa Juntos Program and the continuing education of teachers in Municipal Public Education Networks in Paraná

Programa Educa Juntos y la formación continua de docentes en las Redes de Educación Pública Municipal en Paraná

Caroline Biernaski Ortis¹



<https://orcid.org/0000-0002-4397-9197>

Michelle Fernandes Lima²



<https://orcid.org/0000-0003-0896-4747>

Resumo: Este artigo trata da formação continuada de professores que atuam nas Redes Públicas Municipais de Ensino do Estado do Paraná. Possui como objetivo caracterizar o Programa Educa Juntos. Essa análise destaca os agentes privados envolvidos no Programa e algumas implicações para a formação continuada de professores. O funcionamento do Programa Educa Juntos é detalhado via materiais e avaliações, com destaque para a grande influência dos agentes privados no Programa. Dados e informações disponíveis nos sites da SEED-PR, Programa Educa Juntos e demais agentes privados foram utilizados, com o aporte teórico gramsciano e de estudos da área. O Programa Educa Juntos foi criado com o argumento de melhorar os índices nas avaliações externas e internas, e nesse processo de desenvolvimento do Programa, percebe-se a intensificação da participação de agentes privados na educação pública municipal via planejamento da formação continuada de professores, bem como de materiais didáticos e avaliações.

Palavras-chave: Formação continuada de professores. Programa Educa Juntos. Redes Públicas Municipais de Ensino PR.

Abstract: This paper deals with the continuing education of teachers who work in the Municipal Public Education Networks of the State of Paraná. It has as its aim to characterize the Educa Juntos Program. This analysis highlights the private agents involved in the Program and some implications for the continuing education of teachers. The functioning of the Educa Juntos Program is detailed through materials and evaluations, highlighting the great influence of private agents in the Program. Data and information available on websites of SEED-PR, Educa Juntos Program and other private agents were used, with theoretical contribution by Gramsci and studies in the area. Educa Juntos Program was created with the aim of improving rates in external and internal evaluations, and in this process of developing the Program, intensification of the participation of private agents in municipal public education is observed through planning of ongoing teacher education and teaching materials and evaluations.

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Unicentro/PR. E-mail: cb.carolinebi@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Departamento de Fundamentos da Educação e dos Programas de Pós-graduação em Educação da UEM e UNICENTRO/PR. E-mail: mflima@uem.br

Keywords: Continuing teachers' education. Educa Juntos Program. Private Agents. Municipal Public Education Networks PR.

Resumen: Este artículo aborda la formación continua de docentes que actúan en Redes Municipales de Educación Pública del Estado de Paraná. Su objetivo es caracterizar el Programa Educa Juntos. Este análisis destaca agentes privados involucrados en el Programa y algunas implicaciones para formación continua de docentes. Se detalla el funcionamiento del Programa a través de materiales y evaluaciones, destacando la gran influencia de los agentes privados. Se utilizaron datos e información disponibles en los sitios web de SEED-PR, Programa Educa Juntos y otros agentes privados, con apoyo teórico Gramsciano y estudios en el área. El Programa Educa Juntos fue creado con el argumento de mejorar índices en evaluaciones externas e internas, y en ese proceso de desarrollo del Programa, podemos observar la intensificación de la participación de agentes privados en la educación pública municipal, a través de la planificación de la formación continua de profesores, así como materiales didácticos y evaluaciones.

Palabras-clave: Formación continua del profesorado. Programa Educa Juntos. Agentes Privados. Redes Municipales de Educación Pública PR.

Introdução

A formação continuada de professores da Educação Infantil e Anos Iniciais nas redes públicas municipais de ensino do Paraná contempla, entre outras iniciativas de cada rede, o **Programa Educa Juntos**, implementado no período da pandemia da Covid-19, no dia 05 de outubro de 2020. Trata-se de iniciativa da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED-PR) com articulação e protagonismo de agentes privados³.

Com adesão em 399 municípios do estado, pela Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, e regulamentado pelo Decreto nº 2.435, de 7 de junho de 2023, foi votado em regime de urgência, intitulado como um programa de relevância social (Sotelo; Soligo; Pasini, 2024). O Educa Juntos conta, na sua proposta, com materiais didáticos e principalmente formações (online) aos educadores do Paraná, com o intuito de *melhorar a educação* após a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC - 2017) nos municípios.

Conforme o site da Seed-PR, é um “programa em regime de colaboração do Paraná, para todo o território, com o intuito de ampliar o suporte pedagógico oferecido aos municípios ao promover ações colaborativas na educação” (Paraná, 2024c). Esse regime busca uma *colaboração pedagógica* entre a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Seed-PR) e as Secretárias Municipais de Educação.

Contudo, o programa também realiza parcerias com fundações, associações e institutos que são denominados, nos nossos estudos e pesquisas, como aparelhos privados de hegemonia, os quais remetem aos “[...] interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida”

³ Fundação Lemann, Instituto Natura, Unicef, Itaú Social, Fundação telefônica vivo, Fundação Maria Cecília Couto Vidigal, Alana, Fundação Santillana, Fundação Vale, B³ Social.

(Gramsci, 1980, p.33). Em 2020, no momento pandêmico, a presença dos aparelhos privados foi ampliada no âmbito da Seed-PR e nas Secretarias Municipais, com articulação também da União Nacional dos Dirigentes Municipais (UNDIME). Importa sinalizar a implementação desse Programa imprime, nas redes públicas municipais de ensino, o mesmo projeto gerencialista de gestão da educação presente na Rede Estadual de Ensino do Paraná, com foco na política de resultados e com o protagonismo dos agentes privados na condução das políticas de formação continuada.

Os resultados aqui apresentados são parte integrante de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO-PR), também contempla os estudos do Grupo de Pesquisa *Estado, Política e Gestão da Educação* (PPGE/UNICENTRO)⁴.

Para caracterizar o Programa Educa Juntos, partimos de uma perspectiva crítica, e compartilhamos a posição da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), de uma visão ampliada de formação continuada, sem a presença de agentes privados como precursores de cursos e com atuação das Universidades na condução das formações continuadas.

Sobre nossa concepção de formação continuada, compartilhamos a defesa de Zanella (2022), de que ela atue na construção e na elevação do pensamento crítico para a compreensão da atividade docente a partir das bases sociais e materiais que a constituem.

Como fonte para análise, utilizamos dados oficiais sobre o Programa Educa Juntos veiculados na página na Secretaria de Estado do Paraná (SEED/PR); notícias informações sobre o Programa; informações disponíveis no site da UNDIME/PR; além de estudos de Sotelo, Soligo e Pasini (2024), Masson (2009), Masson e Torrigla (2023), Ruppel (2023), Zanella (2022) e Zanotto e Sandri (2018), com aporte teórico de Gramsci (1980; 2000,) para compreensão da relação entre Estado e políticas educacionais.

O Programa Educa Juntos nas redes públicas municipais de ensino do Estado do Paraná

O Educa Juntos é um programa que se apresenta com o objetivo de melhoria na educação, com ênfase nos Anos Iniciais, na alfabetização e letramento, ofertado em articulação com agentes privados. Vale observar que os processos de privatização vêm se ampliando nas redes públicas de ensino por diferentes vias, como currículo, oferta e formação. Não naturalizamos esse processo. Entendemos que ele é prejudicial, pois retira a autonomia das instituições escolares na definição dos

⁴ Grupo de Pesquisa *Estado, Políticas e Gestão em Educação* da Universidade Estadual do Centro-Oeste UNICENTRO. Mais informações em: <https://www2.unicentro.br/gepoge/2016/07/12/250/>.

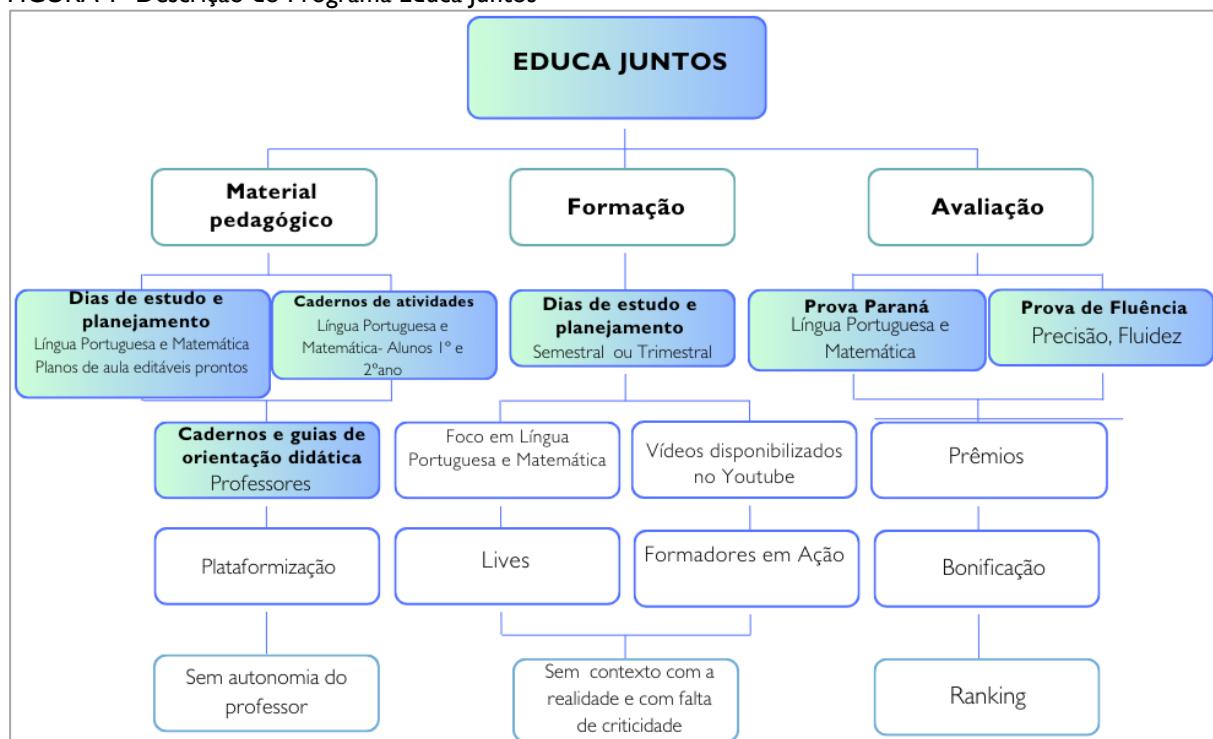
seus processos de formação continuada e imprime uma lógica padronizada, plataformizada e atrelada aos interesses de grupos empresariais.

Segundo os estudos de Muller (2023), o método de alfabetização do Educa Juntos é proposto com base na perspectiva do letramento, e a concepção de ensino e aprendizagem pautada no processo permanente e constante na prática pedagógica em Língua Portuguesa e Matemática. Contudo,

As normatizações, na atividade de ensinar todos os dias, muitas vezes, não expressam o sujeito real da vida cotidiana das escolas, que é muito mais que o sujeito ideal prescrito, que não leva em conta muitas vezes o vir a ser, os processos que a atividade docente coloca a partir de uma relação concreta do real e das possibilidades de ação. Portanto, e em muitas situações, a norma e as orientações expressam um projeto social que não coincide ou, ao menos, não representa o movimento do real acontecer das escolas. (Masson; Torrigla, 2023, p. 18)

Nesse sentido, existem diferenças entre o cotidiano das escolas, mesmo que inseridas em uma mesma cidade, ou em um mesmo estado ou país. Com o Educa Juntos, foram criados, para as redes municipais, materiais complementares digitais e impressos de *apoio didático* aos Anos Iniciais, intitulados *Educa Juntos: estados e municípios juntos pela educação*, contemplando língua portuguesa e matemática, com destaque para a Prova Paraná e Prova de Fluência, e para a formação continuada, dia de estudo e planejamento com base em roteiro já formulado.

FIGURA I- Descrição do Programa Educa Juntos



Fonte: Ortis (2025, p. 34)

Analisamos, com o Programa Educa Juntos, a intenção de instrumentalizar toda a educação, que pela disposição de materiais e formações, a Prova Paraná passa a ser direcionada pelo programa, e foi criada a Prova de Fluência. Ao mudar o currículo, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC - Brasil, 2017) e a consequente criação de programas, também se alteram as avaliações. Ainda, foi disponibilizado um *Guia Pedagógico da Prova Paraná*, com o objetivo de “[...] subsidiar o trabalho pedagógico do professor[...]” (Paraná, 2024c). Dentro das avaliações, há prêmios e bonificações, o que impossibilita um clima democrático e com autonomia das escolas.

Para fazer com que a escola atenda essa demanda formativa, entre outras estratégias, os mecanismos de controle do desempenho educacional, via políticas públicas de avaliação, têm cumprido com a função de assegurar que os fins da educação burguesa se efetivem. O racionalismo administrativo, tecnocrático e disciplinar do Estado exerce funções cruciais, rumo ao modelo de gerencialismo e controle (Zanotto; Sandri, 2018, p. 130).

A escola não se assemelha a uma empresa, pois sua gestão, conforme a Constituição Federal de 1988, é democrática, em que todos têm voz ativa, e não segue a lógica gerencialista pautada em resultados que não revelam as especificidades de cada realidade escolar. Ainda vale mencionar que essa ênfase nos resultados não acompanha uma política de valorização profissional. Além disso, destacamos, no site da Seed-PR (Paraná, 2024c) para a rede municipal, o Livro de Registro de Classe Online Municípios (LRCOM), Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP) e o Sistema Escola Total (Secretarias Municipais).

FIGURA 2- Plataforma de Educação Estado do Paraná



Fonte: Planejamento de ações do comitê executivo estadual do programa Educa Juntos (2024e).

Com o Educa Juntos, fica evidente que inúmeras plataformas foram criadas, bem como o ambiente educacional da escola foi modificado, desde o registro de classe, destacando o ambiente virtual, na tentativa de cooperar com a educação. Ainda, o programa visa a

destinar R\$ 59 milhões por ano para implantar as quatro ações previstas no programa. Ele prevê a entrega de 2,3 milhões de cadernos de atividades para os estudantes e outros 124 mil para os professores; a formação de 300 professores da rede municipal, que vão replicar o conhecimento a outros 18 mil cursistas; a aplicação da Prova Paraná e da Prova Paraná Mais a 260 mil alunos do 2º e do 5º ano do ensino fundamental; e a premiação das escolas que apresentarem os melhores resultados (Paraná, 2023).

Revelam-se valores em milhões para a implementação do programa e inúmeros professores, alunos e escolas participantes. Não obstante, ainda há utilização de uma premiação de escolas com os melhores resultados para estimular a participação no programa. Essa lógica gerencialista segue os mesmos padrões implementados na Rede Estadual de Ensino do Paraná, que vem promovendo inúmeros processos de privatização por meio da gestão e do currículo.

Para Silva (2019, p. 125), o “marco das transformações dos processos produtivos, com ecos sobre o trabalho, sobressai a necessidade de ser mais competitivo. A maior competitividade não se restringiria, no entanto, às empresas, mas, também, aos indivíduos[...]”. Nesse sentido, a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) “passou a se aproximar da sociedade civil, no papel de seus APHE, às Secretarias Municipais de Educação, com intuito de estimular a participação nas políticas de educação” (Ruppel, 2023, p. 86).

A Undime é uma “associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986 e com sede em Brasília/DF, [...] é constituída por Dirigentes Municipais de Educação (DME) em exercício. Isto é, aqueles que exercem a função de secretário municipal de educação” (UNDIME, 2024). Alguns de seus objetivos são: propor mecanismos para assegurar prioritariamente a Educação Básica em uma perspectiva municipalista, buscando universalizar o atendimento, o ensino de qualidade e a escola pública; incentivar a formação dos Dirigentes Municipais de Educação para que, no desempenho de suas funções, contribuam decisivamente para a melhoria da educação pública; e lutar pela autonomia municipal (UNDIME, 2024). Segundo Ruppel (2023, p. 86), a Undime “[...] organiza fóruns temáticos, seminários nacionais e regionais, publicação de cadernos, guias de orientações, manuais, plataformas digitais, além de jornais e de outros informativos, sempre associada a uma série de atores”.

Conforme o site da Undime (2024), ela mantém contato com sindicatos, confederações, associações, organizações não governamentais, movimentos sociais, redes e demais entidades da sociedade civil que tenham interesse no processo educacional. Contudo, a Undime possui parceria institucional com Unicef, Itaú Social, Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo,

Fundação Maria Cecilia Couto Vidigal, Alana, Fundação Santillana e Fundação SM. De acordo com Zanotto e Sandri (2018, p. 128), preserva-se “[...]a lógica da objetividade, racionalidade e pragmatismo, o gerencialismo se dissemina nas diferentes esferas da vida social”.

A formação continuada é vista “como uma oportunidade de atualização profissional, orientada para a ampliação dos conhecimentos prático-teóricos do professor. Ela deve ser compreendida como uma ferramenta de aperfeiçoamento profissional, “[...]e elaboração de projetos inovadores” (UNDIME, 2024). A Undime (2024, s/p) também afirma que a “formação continuada dos professores é um dos principais desafios das secretarias municipais de Educação”, a qual é conduzida principalmente por meio de seminários e *lives*. Logo, “[...] podemos enfatizar o Programa Educa Juntos como mais uma bandeira da UNDIME com foco na implementação, ficando clara sua concordância com a participação e disseminação do discurso privado na educação do Estado” (Ruppel, 2023, p. 92). A formação continuada, com o Educa Juntos, é permeada por empresas e entidades públicas como a Undime, que também possui parceria com agentes privados.

Diante do exposto, para os Anos Iniciais, além do destaque na formação continuada, o programa atua com materiais, avaliações, plataformas, entre outros itens, como maneiras de vários agentes privados adentrarem as escolas para *auxiliar* e promover uma educação de qualidade, que eleve índices, especialmente criando avaliações, materiais, plataformas, ou planejando e direcionando a formação continuada de professores com grande influência do setor empresarial, pensando na perspectiva do lucro.

Programa Educa Juntos e atuação dos agentes privados

No Programa Educa Juntos, as formações são pensadas por meio das competências delineadas na BNCC (Brasil, 2017), na preparação e melhoria do desempenho dos estudantes nos exames padronizados e no Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), com foco em língua portuguesa e matemática, por intermédio dos agentes privados.

evidenciamos que os APHE agem em rede a partir do modelo de governança, apoiam-se na disponibilidade do aparato governamental, compreendidos como a UNDIME e a SEED/PR, para dialogar com a formação de professores via secretarias municipais, evidenciando seus produtos, suas plataformas e as soluções para que a educação de qualidade aconteça no Estado do Paraná (Ruppel, 2023, p. 122).

Um exemplo é a ampliação do apoio na alfabetização dos municípios com o programa Alfabetiza Juntos, com a parceria do Instituto Natura, em junho de 2023, que também faz parte do Programa Educa Juntos (Paraná, 2023). O Alfabetiza Juntos elabora a formação de professores,

materiais e avaliações, com a justificativa de que “[...] seis em cada 10 estudantes do 2º ano do ensino fundamental não sabem ler de forma satisfatória” (Paraná, 2023).

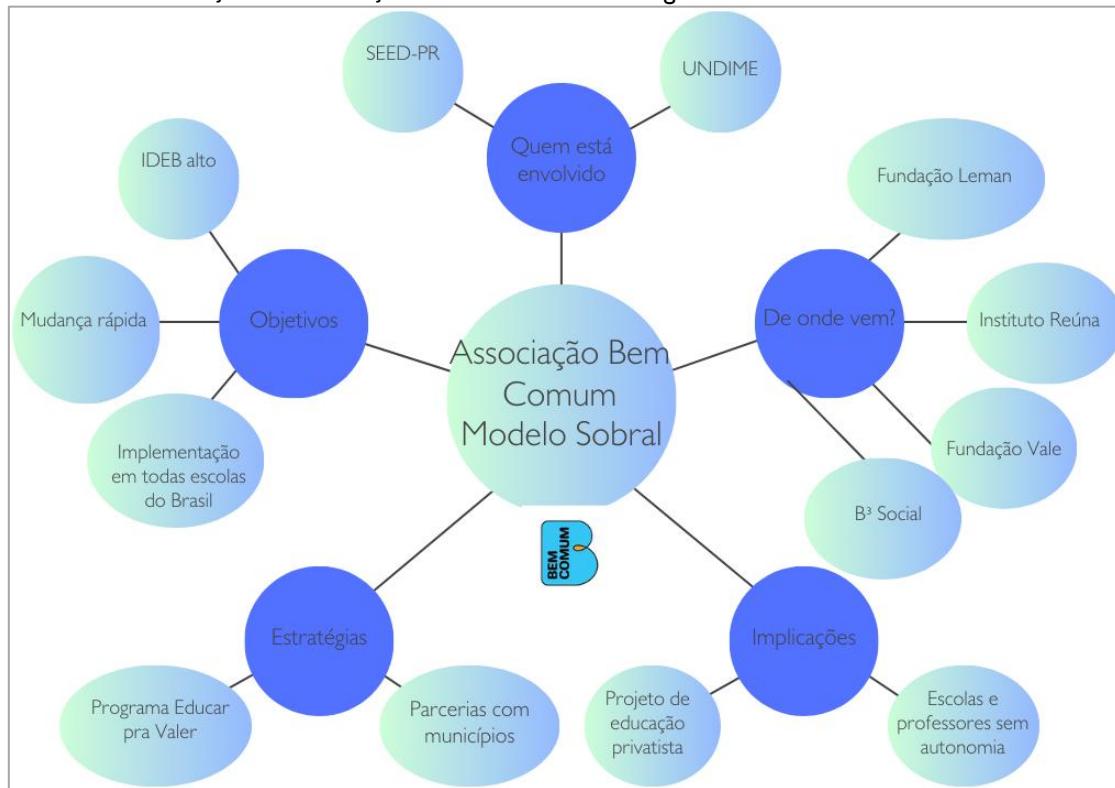
Além disso, os municípios firmaram apoio com a Associação Bem Comum, que acompanha as medidas implementadas pelas secretarias de educação municipais com foco na alfabetização. Trata-se de “[...] uma organização sem fins lucrativos que tem como propósito contribuir para o bem comum da sociedade brasileira, apoiando os gestores públicos na garantia das melhores e mais justas oportunidades de aprendizagem com foco na alfabetização das crianças” (Associação Bem Comum, 2024).

No entanto, essa Associação tem parceria com o Instituto Natura, Fundação Vale, B³ Social e Fundação Lemann, e “[...] dentre outras ações e produtos, mercadorias muitas vezes apresentadas como filantropia [...] carregam várias estratégias lucrativas” (Hypolito, 2021, p. 45). O envolvimento desses aparelhos privados de hegemonia iniciou em 2006, a partir do Movimento Todos pela Educação, e com a aprovação da BNCC (Brasil, 2017), abriu uma grande lacuna, com uma política de avaliação ranqueada, por meio da qual os agentes privados começaram a ganhar destaque nas redes municipais.

Segundo seu site, a Associação Bem Comum amparou o Programa Alfabetização na Idade certa, e dispõe o programa Educar pra Valer a partir da experiência no município de Sobral - CE⁵. O modelo de Sobral iniciou em 1997, com uma distorção do analfabetismo, programa de alfabetização na idade certa, metas, trabalho com competências socioemocionais, limite de quantidade de alunos, avaliações internas e externas, e demonstrou aumento no Ideb. A partir desse destaque do Modelo Sobral, recentemente, no Paraná, uma comitiva foi a esse município com certo encantamento, sem pensar em uma análise crítica, desconsiderando as características de cada município do Paraná, buscando implementar práticas que viram em Sobral-CE, sem considerar a que tipo de projeto está vinculado. Ele está relacionado a pretensões da UNDIME e Fundação Lemann, que já realizam reuniões com prefeitos para tratar da questão da equidade, sem neutralidade.

⁵ Lidera “[...] o ranking específico de qualidade da educação no Brasil, à frente de outros 409 municípios. O indicador foi publicado em 2023, a partir dos resultados da última apuração nacional realizada pelo Censo Escolar e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica” (Paraná, 2024d).

FIGURA 3 - Descrição da Associação Bem Comum e estratégia do Modelo Sobral



Fonte: elaborado pelas autoras.

Analisamos a defesa pelo Ideb alto e ideias de boas práticas nessa perspectiva de Modelo Sobral vinculado à Associação Bem Comum, mas são intenções voltadas a vários agentes privados, como a Fundação Lemann. Não há planos para um projeto de educação pública e não considera a valorização dos professores. Nesse sentido, muitos municípios não pagam nem o piso salarial, mas consideram a busca de índices. O “Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (Coutinho, 2011, p. 267). Um exemplo, é o estado do Paraná, que divulga melhores índices, mas quer privatizar essas escolas. O programa Alfabetiza Juntos é apoiado pela Associação Bem Comum, que divulga os dados do município de Sobral-CE, mas esses dados não revelam exatamente as condições e a realidade das escolas, nem mesmo o empenho dos professores no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Freitas (2022, p. 2), “talvez estejamos diante da configuração de uma das maiores máquinas de pressão sobre Estados e Municípios. Os atingidos diretamente por estas políticas serão os professores e os estudantes que estão no final da escala de pressão”. Inclusive, o autor supracitado aponta que quase todos os estados do Brasil aderiram ao modelo Sobral. Portanto, nota alta não é sinônimo de educação, professores e alunos são prejudicados em sua autonomia, e as crianças não são

iguais, pois existem muitas diversidades, mas a base é um modelo de plataformas de aprendizagens nas redes municipais com estudantes treinados para avaliação. Consequentemente, estudantes com menor desempenho serão estimulados a procurar novas escolas.

Para Sotelo, Soligo e Pasini (2024, p. 24), o “Programa Educa Juntos, vem se tornando o ‘carro chefe’ das políticas educacionais do estado do Paraná”. As redes municipais possuem seu Plano Municipal de Educação (PME), um conjunto de orientações para as escolas, e com a Undime, a Associação Bem Comum e a Seed-PR e seus programas, o PME fica relegado a um segundo plano, com tantas demandas e infiltrações de agentes privados. A gestão configura-se, nesse caso, como uma direção de currículo ofertada por empresas, com pouca ou quase nenhuma participação dos professores, fato que também aconteceu com a implementação da BNCC, pois alguns professores participaram, mas não foram ouvidos.

QUADRO I- Frentes de atuação do Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios (NCPM)

Principais frentes de atuação do Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios (NCPM),
Em 2023, o Paraná iniciou o processo de desenho do programa Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), que foi criado em 2019 pela Associação Bem Comum, com o “propósito de apoiar o poder público estadual no desenho e implementação de uma política de melhoria da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças” (Associação Bem Comum, 2024). Em outras palavras, trata-se de mais um programa para acompanhar e monitorar a educação. Contudo, a Seed-PR conta com o Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios (NCPM), que “[...] tem o objetivo de fortalecer o regime de colaboração entre Seed e municípios [...] ampliar o suporte técnico e pedagógico oferecido aos municípios e promover ações colaborativas na educação, com foco na melhoria da aprendizagem e alfabetização [...] dos paranaenses” (Paraná,2024c). Prova Paraná, Prova Paraná Mais, Avaliação de Fluência, Plano Municipal de Educação, Plano Paraná Mais Cidades, Formadores em Ação Municípios, Escolas Municipais Cívico Militares, Programa Aprender Valor - Municípios, Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - MEC, Proposta de Transição: da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e do 5º para o 6º ano, Material de Apoio Didático, Formação Continuada, Livro de Registro de Classe Online Municípios (LRCOM), Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP) e Escola Total - Secretarias Municipais de Educação.

Fonte: organizado pelas autoras com dados de Paraná (2024c).

Além dessas principais frentes, o NCPM, instituído pela Resolução n.º 5.396/2021 – GS/SEED, auxilia no planejamento de ações do ano, e em 2024, especificamente, com Material de apoio pedagógico de Matemática para os 4º e 5º anos, e de Língua portuguesa para os 3º, 4º e 5º anos. Também, cursos do Formadores em Ação, com um específico presencialmente em Foz do Iguaçu.

As ações do Programa Educa Juntos para 2025 foram sintetizadas na figura da abaixo.

FIGURA 4 – Educa Juntos em 2025



Fonte: Paraná (2024c).

Atentamos para a abertura do Educa Juntos para o 3º, 4º e 5º anos, bem como o aumento do número de plataformas, e para a articulação do [...] processo de elaboração do calendário escolar de cada ano, bem como a Instrução de Matrícula no âmbito do Comitê Educa Juntos, [...] a contemplar as instâncias partícipes nas decisões relativas a esses instrumentos para o Sistema Estadual de Ensino” (Paraná, 2024c). A hegemonia burguesa é muito forte e dispõe de muitas reservas (Gramsci, 2000).

Em pesquisa sobre os cursos ofertados pelo Educa Juntos, encontramos um seminário de Cooperação dos Municípios e as especificidades dos Dias de Estudo e Planejamento.

Desta forma, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Seed-PR), por meio da Diretoria de Educação e do Núcleo de Cooperação Pedagógica com Municípios (NCPM), oferta formações voltadas a gestores, equipes pedagógicas e professores, dentro das necessidades apresentadas nos diversos contextos dos municípios paranaenses, com vistas a contribuir com o crescimento dos profissionais da educação (Paraná, 2024a).

Conforme a descrição das formações, elas abrangem todos da escola, desde a gestão até os professores, e nesse sentido, questionamos como serão atendidos os diferentes contextos dos municípios. Em contraposição, o município, ao [...] assinar o termo de cooperação e adesão ao Programa Educa Juntos, assumem as responsabilidades que lhe são designadas e passam a ser acompanhadas [...] o controle e sucesso de bons resultados podem ser monitorados e gerenciados”

(Sotelo; Soligo; Pasini, 2024, p. 24). A escola acaba sendo responsabilizada pela efetivação do Programa Educa Juntos, e consequentemente exigindo boas notas. Com base nos cursos fornecidos em 2024, podemos averiguar a ênfase nas avaliações.

QUADRO 2 - Programa Educa Juntos 2024

	Seminário de Cooperação com Municípios – 2024	Dias de Estudo e Planejamento
Data-Local	09 e 10 de abril de 2024, em Curitiba	Janeiro e julho de 2024: disponível no formato digital
Público	Secretários Municipais de Educação, Coordenadores Pedagógicos das SME, Chefias de NRE, Técnicos do NCPM no NRE, articuladores regional e municipal RENALFA.	Secretários Municipais de Educação, Coordenadores Pedagógicos e professores das SME.
Certificação	16h pela Seed	16h pelo município que utilizar o material.
Objetivos	Possibilitar a reflexão sobre avaliações externas e avaliação de fluência leitora para estruturação do trabalho pedagógico e instrumentalizar gestores da educação com o propósito contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que colaborem para a aprendizagem efetiva dos estudantes.	Contribuir para que os estudantes tenham aprendizado significativo e desenvolvimento consistente, a partir das necessidades de aprendizagem dos estudantes. Para tanto, compreender as fragilidades e os progressos, de modo a planejar e desenvolver o trabalho no ano letivo de 2024.

Fonte: organizado pelas autoras com dados de Paraná (2024c).

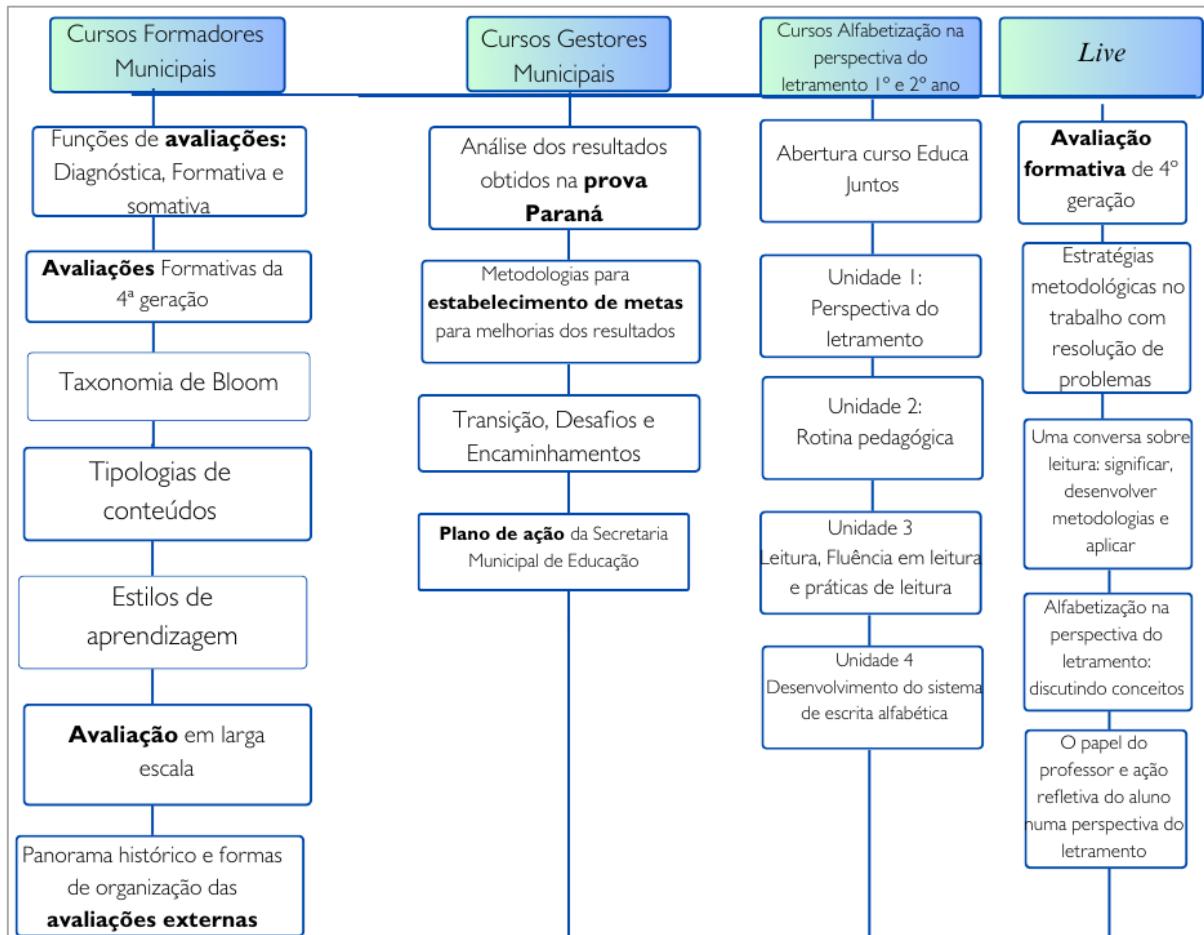
Observamos que os seminários acontecem sem a presença dos professores, e neles são discutidas as avaliações. Em destaque, descrevem que possuem o objetivo de instrumentalizar os gestores, refletindo o sentido operacional dentro das escolas, e ainda determinam, para a formação continuada, os dias de estudo e planejamento em formato digital com a presença de professores. Entretanto,

Essa atividade de ensinar é um eixo que nos estrutura e nos coloca sempre em situação de relações constantes, em diferentes níveis ou graus: relação com os conhecimentos, com a formação, com os (as) colegas de trabalho, relação com a gestão, a direção, os pais, o currículo, as políticas, enfim, o movimento que pulsa a vida de ensinar, e, assim, essa prática cotidiana nos configura e dá referência à nossa atividade (Masson; Torrigla, 2023, p. 19).

A escola requer participação ativa de toda a comunidade escolar para uma educação de qualidade, focando nas particularidades cotidianas do ambiente educacional. Nesse sentido, a “formação humana e o trabalho docente abrangem muitas dimensões, e podemos asseverar que elas acontecem na relação dialética com o contexto social, a educação, o conhecimento, entre outras” (Masson; Torrigla, 2023, p. 19). A formação do professor ultrapassa o entendimento de técnicas, ela abrange uma visão crítica da sociedade.

Em relação aos cursos promovidos, também observamos a ênfase nas avaliações.

FIGURA 5 – Cursos promovidos pelo Educa Juntos



Fonte: organizado pelas autoras com dados de Paraná (2024c).

Nesse viés, destaca-se a formação online, rápida, com foco nas avaliações e sem reflexões sobre o contexto individual de cada escola. Os aparelhos privados “[...] utilizam-se de plataformas virtuais com soluções e oferta de produtos educacionais de forma gratuita, além das mídias e redes sociais na divulgação de seus produtos, serviços e êxitos na educação” (Ruppel, 2023, p. 116). Contudo, essas plataformas e programas não têm vínculo com investimento no professor, como aumento de salários ou pagamento do piso salarial, ou seja, uma valorização do professor. Elas trazem conteúdos vinculados a questões de avaliações e planejamentos prontos, mas como uma ideia de sugestão ao professor.

FIGURA 6 – Material Dia de Estudos e Planejamentos

PARTICIPAÇÃO - PROVA PARANÁ MAIS

ONDE ESTAMOS?


2019
Taxa de participação
avalidados/previstos
92%

111900
estudantes previstos

102600
estudantes avaliados

2022
Taxa de participação
avalidados/previstos
91% -1 pp

124603
estudantes previstos

113835
estudantes avaliados

2023
Taxa de participação
avalidados/previstos
90% -1 pp

126772
estudantes previstos

113758
estudantes avaliados



5º ANO



EDUCA JUNTOS
ESTADO E MUNICÍPIOS JUNTOS PELA EDUCAÇÃO

Sugestão de encaminhamento metodológico:

Professor(a), é preciso estimular o estudante a estar atento aos elementos do texto os quais estão relacionados com o tema central que o compõem. Sendo assim, para o trabalho com esse descritor, entregue um texto com algumas palavras-chave em branco para que o estudante descubra as palavras ou expressões das lacunas. Depois de completadas, discuta sobre qual a palavra que melhor se encaixa em cada um dos espaços e que faria sentido para a "ideia" do texto como um todo.

O aluno deve acertar a palavra original ou similar desde que saiba justificar o motivo da escolha. Caso o estudante use uma palavra inadequada, é preciso refletir sobre a possibilidade escolhida e se esta escolha pode ser sustentada pelo contexto. Ex.: "O novo ano. Acaba de ser lançado no mercado mais um _____, com as mesmas características dos outros _____; chega pontualmente no dia _____ e vem cheio de promessas e esperanças. (...)" (COSCARELLI, 2003, p. 29. Adaptado).

Sugestões de atividades/jogos:

INDICAÇÃO 

Aula LRCOM:
3º ano: Aulas 68, 106, 108, 113, 123.
4º ano: Aulas 34, 57, 58, 251, 252, 289, 312, 320, 323.
5º ano: Aulas 37, 112, 230.

D6 - Quiz por descritor - LP. 5º Ano (E.F)
Disponível em:
<https://profwarles.blogspot.com/2020/02/d6-quiz-por-descritor-port-5-ano.html>

PLANO DE AULA:

Aula 1 
<https://novaescola.org.br/planos-de-aula/fundamental/5ano/lingua-portuguesa/ler-e-compreender-uma-reportagem/2969>



Esse e outros encaminhamentos você encontra no padlet Prova Paraná Municípios, disponível em:
<https://padlet.com/cooperacaosme1/prova-paranamunic-pios-v02dom3vyjaki51>

Fonte: Dias de estudo e planejamento 2º semestre 2024 (Paraná, 2024a).

O material anuncia grandes dados de taxa de participação, com o discurso de estudantes avaliados e estudantes previstos, várias sugestões, já com links prontos, de fácil acesso ao professor. No dia 06 de setembro de 2024, o site do Governo do Estado do Paraná divulgou:

o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que o Estado, que já ocupava o topo do ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, conquistou novamente o status da melhor educação do Brasil, com 6,7 pontos nos anos iniciais do ensino fundamental, representando aumento de 0,1 ponto em relação à meta estabelecida para o período de 2007 a 2021 (Paraná, 2024b).

Dessa forma, novamente observamos a exaltação às notas obtidas nas avaliações, e ainda se exibe que os “resultados posicionam o Paraná como líder nacional no Ideb para o ciclo do 1º ao 5º ano, superando estados como Ceará e São Paulo, o que reforça o compromisso do Estado com a educação de qualidade desde a etapa da alfabetização” (Paraná, 2024b).

As estratégias e modelos são apresentados com o objetivo de facilitar o trabalho do professor, mas não são neutras, visam ao controle do trabalho docente. No início, receber tudo pronto pode causar contentamento e comodidade ao ser humano, mas é necessário um olhar crítico e entender que a escola está sendo controlada por agentes privados, e somente os educadores são responsabilizados pelos resultados. A Formação continuada tornou-se um meio de grande oportunidade lucrativa, sendo controlada por agentes privados, como Fundação Lemann e Instituto Natura, que partir de brechas e oportunidades da educação, criam inúmeras instituições e programas voltados a atender os educadores e a formação continuada.

Defendemos que cada rede escolar possa definir suas práticas e seus planos, e essa busca por resultados tira a autonomia das instituições e dos professores, não havendo espaço ou tempo, dentro das escolas e dentro da rede, para discussões sobre a prática no ambiente educacional. A “adesão ao Programa está subjugada ao cumprimento de obrigações que podem modificar o encaminhamento pedagógico e dos recursos financeiros de toda a rede municipal de ensino” (Sotelo; Soligo; Pasini, 2024, p. 21).

Revela-se uma prática autoritária de educação, mas quando a educação assume um caráter crítico e social, permeiam ideais da educação com a formação do sujeito de maneira integral, abrangendo as dimensões física, mental, cultural, política, estética e científico-tecnológica. Não se desenvolve apenas uma dimensão, com aspectos isolados, que são aspectos da concepção neopragmática, que compreende técnicas (Masson, 2009). Assim sendo, com os aparelhos privados de hegemonia na direção das formações, as dimensões culturais e políticas, entre tantas outras, ficam enfraquecidas, com foco em técnicas a seguir. Contudo, a educação precisa enfrentar os desafios, pois

[...] ser professor(a), por um lado, e a partir de uma concepção de formação humana, que contraria as premissas do capital, somos muito mais que resoluções, diretrizes, planos, orientações e imposições. De outro lado, estamos permeados por eles em nossa atividade cotidiana, pois constituem tendências e ações que manifestam concepções de realidade, de conhecimento, de formação e de formas de trabalhar, do entendimento do que seja o exercício da docência, da relação professor e estudantes, de comportamentos etc. Essa constatação não implica, uma adaptação passiva, ao contrário, pode denotar, diante dessas tendências, a procura de alternativas críticas que possibilitem questionamentos e formas de agir diferentes (Masson; Torriglia, 2023, p. 17-18).

Algumas estratégias são observadas para a superação de tamanha utilização de plataformas, como a Plataformização Zero, pois quando a educação assume caráter crítico e social que visa à “abordagem sócio-histórica, concebe a formação de professores como um continuum entre formação inicial e continuada com caráter emancipatório [...]” (Masson, 2009, p. 18). No caso do Educa Juntos, observamos um esvaziamento da gestão democrática para firmar a gestão administrativa, com uma política de resultados e bonificação, e não há fortalecimento da carreira do professor na escola pública, que não é uma empresa, pois envolve outros objetivos e finalidades.

Considerações Finais

A formação continuada de professores, após a implementação da BNCC via Educa Juntos, no Paraná, encaminhou-se para um momento de total privatização das formações, pois foi elaborada uma Escola Digital, com plataformas e cursos vinculados aos aparelhos privados de hegemonia, priorizando formações tecnicistas, sem contexto com a realidade, que priorizam as disciplinas de língua portuguesa e matemática. O foco dessas formações recai nas avaliações externas, sobrecregendo o professor e a escola com muitos aplicativos, registros, cursos e demandas. Acabam responsabilizando o professor como principal responsável pela educação de qualidade, esquecendo-se das políticas públicas. Inclusive, observa-se a desvalorização e a negação das pesquisas e posições de entidades e representantes da educação sobre a formação continuada de professores.

O Programa Educa Juntos e seus agentes privados, como Fundação Lemann e Instituto Natura, descentralizam a gestão e realizam uma desobrigação do aparelho estatal na abertura e busca por uma educação de qualidade, sob o discurso de incompetência dos professores. Tal discurso faz com que os municípios busquem parcerias sem nenhuma avaliação crítica por parte dos professores e gestores. A partir da BNCC, diversos agentes privados entraram nas escolas por meio do currículo, e atualmente pretendem atingir os secretários e professores no convencimento da utilização de plataformas, e estimulam a meritocracia com ranking e bonificação. Vários estudos indicam que isso não traz resultados, e essas práticas de plataformização adoecem e tiram o protagonismo dos professores e até gestores. Em um primeiro momento, ter um plano de aula pronto causa conforto, mas o processo não

é mecânico, e esse tipo de processo pronto causa exclusão. Essas iniciativas de *facilitar* o trabalho do professor não são neutras, elas são pautadas em interesses de empresas para acessar as escolas.

O Ideb não revela tudo o que a escola faz, como projetos, ensino e socialização das crianças. Entre seus inúmeros deveres, cada escola possui especificidades que precisam ser consideradas. Entretanto, existe a possibilidade de resistência. Podemos refletir se os municípios irão chegar ao mesmo padrão? Aulas prontas e editáveis são o melhor caminho? Quais as necessidades da rede? Como vamos trabalhar os elementos da nossa cultura?

Referências

ASSOCIAÇÃO BEM COMUM. **Ínicio**. 2024 - Disponível em: <https://abemcomum.org/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, SEB, 2017. Disponível em: BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf (mec.gov.br). Acesso em: 10 jul. 2024

COUTINHO, C. N. (organizador). **O Leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FREITAS, L. C. **Efeito Sobral se generaliza**. Blog do Freitas. 22 jun. 2022. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2022/11/21/efeito-sobral-se-generaliza/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000. (v. 2).

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 4^a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

HYPOLITO, Á. M. Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC. **Práxis Educacional**. 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6954/695474085003/695474085003.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2023.

MASSON, G. **Políticas de formação de professores**: as influências do neopragmatismo da agenda pós-moderna. Tese (doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93077>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MASSON, G.; TORRIGLA, P. L. Formação e trabalho docente: tensões e perspectiva na educação brasileira. **Revista Educere Et Educare**, Vol. 18, N. 47, Dossiê AnpedSul 2023. Ahead of Print. DOI: 10.48075/educare.v18i47.30720. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/30720>. Acesso em: 14 set. 2024.

MULLER, M. A. **Programas PNAIC, ABC e EDUCA JUNTOS**: um olhar para a alfabetização. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2023. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6800>. Acesso em: 19 abr. 2024.

ORTIS, C.B. Formação continuada de professores dos anos iniciais nas redes municipais da microrregião de Iriti/PR: implicações após a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) .Dissertação (Mestrado em Educação)- Iriti 2025.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. **Delegação do Paraná conhece programas educacionais de Sobral, no Ceará.** 2024. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Delegacao-do-Parana-conhece-programas-educacionais-de-Sobral-no-Ceara>. Acesso em: 15 ago. 2024.

PARANÁ. **Dia da Alfabetização: melhor educação do País, Paraná avança com o Educa Juntos (2024a).** Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Dia-da-Alfabetizacao-melhor-educacao-do-Pais-Parana-avanca-com-o-Educa-Juntos>. Acesso em: 10 set. 2024b.

PARANÁ. **Dias de Estudo e Planejamento 2024 (2024b).** Disponível em: https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/lib/pdfjs/web/viewer.php?ref=56079&search=%21collection5870+&order_by=collection&offset=0&restypes=&starsearch=&archive=&per_page=48&default_sort_direction=DESC&sort=ASC&context=Modal&k=582ab39a3b&curpos=&file=https%3A%2F%2Facervodigital.educacao.pr.gov.br%2Fpages%2Fdownload.php%3Fref%3D56079%26size%3D%26ext%3Dpdf%26page%3D1%26alternative%3D-1%26k%3D582ab39a3b%26noattach%3Dtrue. Acesso em: 28 ago. 2024.

PARANÁ. **Governo do estado vai ajudar municípios a melhorar índices de aprendizagem.** 2024c. Disponível em:<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-foco-na-alfabetizacao-Governo-amplia-programas-de-apoio-redes-municipais>. Acesso em: 01 jul. 2024c.

PARANÁ. **Municípios- Educa Juntos (2024d).** Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/municipios/educa_juntos. Acesso em: 12 jul. 2024d.

PARANÁ. **Planejamento de Ações 2024 (2024e).** Comitê Executivo Estadual do Programa Educa Juntos. Disponível em: https://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-05/educa_juntos_planejamento_acoes2024.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024e.

PARANÁ. **Secretaria da Educação. Educa Juntos – Formação Continuada.** (2024f) Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/educa_juntos/formacao_continuada. Acesso em: 12 jul. 2024.

SOTELO, M. L. L; SOLIGO, V. PASINI, J. S. Programa Educa Juntos: Uma análise da política de educação em regime de colaboração no estado do Paraná. *Cadernos Cajuína. Revista Interdisciplinar.* V. 9 N. 1 ano 2024. ISSN: 2448-0916. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/180>. Acesso em: 28 ago. 2024.

RUPPEL, J. F. I. **Aparelhos privados de hegemonia e o processo de implementação da base nacional comum curricular (BNCC) no Paraná.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Iriti, 2023. Disponível em: <https://tede.unicentro.br/jspui/handle/jspui/2040>. Acesso em: 10 dez. 2023

SILVA, M. R. Impertinências entre trabalho, formação docente e o referencial de competências. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 123-135, jan./mai. 2019. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/965>. Acesso em 10 dez. 2023

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – UNDIME. **Sobre a Undime.** 2024. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/sobre-a-undime>. Acesso em: 05 set. 2024.

ZANOTTO, M.; SANDRI, S. Avaliação em larga escala e BNCC: estratégias para o gerencialismo na educação. **Temas & Matizes**, Cascavel, v. 12, n. 23, p. 127 – 143, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/21409>. Acesso em: 12 set. 2024.

Recebido: 10/10/2024
Aceito: 11/04/2025

Received: 10/10/2024
Accepted: 04/11/2025

Recibido: 10/10/2024
Aceptado: 11/04/2025

